

## COESÃO TEXTUAL, SISTEMA VERBAL E TRADUÇÃO

Eugénia Gonzalez V. de FIGUEIREDO  
Faculdade de Letras da  
Universidade de Lisboa

### RESUMO

Uma das normas que determinam a coesão de um texto é a da não contradição. Esta proíbe a introdução num texto de um elemento semântico em contradição com os outros elementos. Ora, a nossa análise comparativa de traduções literárias - de português para francês e de francês para português - permitiu-nos verificar que se produzem interferências entre os tempos do enunciado e os tempos da enunciação, e que é desconhecido o valor de algumas formas verbais. Tratando-se de traduções profissionais e não de meros exercícios no âmbito da aprendizagem de uma língua estrangeira, pareceu-nos oportuno apresentar aqui exemplos suficientemente elucidativos que nos permitam fazer algumas reflexões.

**ABSTRACT**

One of the norms that determines the harmony of a text is that of non-contradiction. This prohibits the introduction in a text of a semantic element that is in contradiction with the other elements. Now, our comparative analysis of literary translations - from Portuguese to French and from French to Portuguese - allowed us to verify that this produces interference between the "enunciate" tenses and the "enunciation" tenses, and that the meaning of some verb forms is unknown. As we are dealing with professional translations and not merely exercises within the scope of learning a foreign language, it seemed to us opportune to present here sufficient explanatory examples that allow us to make some comments.

Uma das normas que determinam a coesão de um texto é a de não contradição. Esta proíbe a introdução num texto de um elemento semântico em contradição com os outros elementos. Ora, a nossa análise comparativa de traduções literárias<sup>1</sup> - de português para francês e de francês para português - permitiu-nos verificar que se produzem interferências entre os tempos do "enunciado" e os tempos da "enunciação", e que é desconhecido o valor de algumas formas temporais. Tratando-se de traduções profissionais, e não de meros exercícios no âmbito da aprendizagem de uma língua estrangeira, pareceu-nos oportuno apresentar aqui exemplos suficientemente elucidativos que nos permitam fazer algumas reflexões.

Nas gramáticas tradicionais os tempos do modo Indicativo são apresentados em função do seu valor temporal e modal, e não em função das suas condições de emprego. No entanto, os trabalhos de E. Benveniste e mais tarde de H. Weinrich mostraram que os tempos do modo Indicativo podem ser divididos em dois sistemas distintos e complementares que correspondem a dois tipos de enunciação: um, em relação com a instância da enunciação e outro, totalmente separado dela. Os mecanismos que permitem passar sucessivamente dum sistema ao outro são a *desembraiagem* que consiste em projectar no enunciado um não-eu, não-agora, não-aquí, e a *embraiagem*, operação inversa, que assinala o regresso à enunciação. Mas, quais são os tempos do modo Indicativo que pertencem a cada sistema? Benveniste e Weinrich apresentam listas diferentes, pois o segundo parte do princípio de que um mesmo tempo não pode pertencer aos dois sistemas, enquanto o primeiro o admite, o que o leva a associar o pret. imperfeito e pret. mais-que-perfeito aos dois sistemas. Eis como cada linguista, com exclusão do futuro do pretérito, reparte os tempos do modo Indicativo do francês:

E. Benveniste<sup>2</sup>

## T. do discurso

"p. composé"  
 pret. imperfeito  
 pret. mais-que-perfeito  
 presente  
 futuro s. e comp.

## T. da história

"p. simple"  
 pret. imperfeito  
 pret. mais-que-perfeito  
 "p. antérieur"

H. Weinrich<sup>3</sup>

## T. do comentário

"p. composé"  
 presente  
 futuro  
 futuro s. e comp.

## T. narrativos

"p. simples"  
 pret. imperfeito  
 pret. mais-que-perfeito  
 "p. antérieur"

As divergências relativas à repartição dos tempos e às denominações indicam a existência de dificuldades em conceber com clareza os dois sistemas. Um comentário, por exemplo, pode ser feito com "tempos do comentário", mas também com "tempos narrativos", e pode-se narrar no presente ou no "p. composé". Optámos, portanto, por não definir os dois tipos de enunciação em relação aos modos de expressão - como o fizeram Benveniste e Weinrich - e por analisar os textos, primeiro em relação à oposição enunciado/enunciação, definindo depois os modos de expressão. Na oposição enunciado/enunciação definimos o enunciado pela ausência de marcas de referência à instância da enunciação, e a enunciação pela presença destas mesmas. Fomos assim levados, no decurso da nossa investigação, a diferenciar práticas discursivas e a descrever como as formas temporais, os pronomes pessoais, os advérbios e os demonstrativos se combinam e contribuem para a coesão textual.

No que respeita ao pret. imperfeito e ao pret. mais-que-perfeito, pensamos que pertencem aos dois sistemas. O pret. imper-

feito, à semelhança do presente, tem um cronotipo decedente (N) e um cronotipo virtual e incidente (A), mas situados estes no passado. Assim, se o presente indica a coincidência entre o momento  $T_0$  da enunciação e o processo, o pret. imperfeito indica a coincidência entre um processo e um momento  $T_1$  passado ao qual se refere o locutor. O pret. imperfeito tem um funcionamento similar ao presente e os mesmos valores aspectuais, talvez porque no latim pertencia à série do presente. Mas as semelhanças terminam aqui, pois o pret. imperfeito não é, como o presente, um tempo absoluto, é um tempo relativo, cuja situação na escala temporal precisa de ser fixada pelo contexto, por advérbios ou por outros tempos com os quais se relaciona. Estes tempos são geralmente em francês o "p. composé" e o "p. simple", e em português o pret. perfeito.

O pret. mais-que-perfeito composto é uma criação românica e tem um aspecto acabado. Pode exprimir a anterioridade de uma acção em relação a outras acções no princípio de uma narração ou no sistema principal-subordinada, e emprega-se então em ligação com o pret. imperfeito ou o pret. perfeito. Mas a língua portuguesa, além do pret. mais-que-perfeito composto, conservou o pret. mais-que-perfeito simples de origem latina. Este último faz concorrência na linguagem literária ao pret. imperfeito do Conjuntivo e ao futuro do pretérito simples e composto no sistema hipotético e na expressão da irrealidade, e é apresentado nas gramáticas portuguesas como uma variante estilística em relação ao pret. mais-que-perfeito composto. Mas verifica-se na prática discursiva que o pret. mais-que-perfeito simples faz também concorrência ao pret. perfeito, pois pode ser "uma forma de exagero"<sup>4</sup> para um perfeito subentendido. Exemplo:

Eu vira já aqui sombras, vira flores,  
vi tantas águas, vi tanta verdura  
as aves todas cantavam d'amores"

Neste soneto de Sá de Miranda há concorrência recíproca entre o pret. mais-que-perfeito simples e o pret. perfeito. O primeiro é "uma forma de exagero" para um pret. perfeito subentendido,

enquanto que o segundo é "uma forma económica" para um pret. mais-que-perfeito subentendido. O pret. mais-que-perfeito simples é uma variante estilística do pret. perfeito no "discurso" e na "narração", e é necessário que isto seja mencionado nas gramáticas para, por exemplo, se evitarem erros de tradução que desfiguram os textos portugueses. Assim, vejamos como foi traduzida esta página de *Amor de Perdição* de C. Castelo Branco:

"No ano anterior de 1800, saíra António de Araújo de Azevedo, depois conde de Barca, a negociar em Madrid e Paris a neutralidade de Portugal. Rejeitaram-lhe as potências aliadas as propostas, tendo-lhe em conta de nada os dezasseis milhões que o diplomata oferecia ao primeiro-cônsul. Sem delongas, foi o território português infestado pelos exércitos de Espanha e de França. As nossas tropas, comandadas pelo duque de Lafões, não chegaram a travar a luta desigual, porque a esse tempo Luis Pinto de Sousa, mais tarde visconde de Balsemão, negociara ignominiosa paz em Badajoz, com cedência de Olivença à Espanha, exclusão de Ingleses de nossos portos, e indemnização de alguns milhões à França."

*Amour de perdition*, Actes Sud, 1984, tr. de J. Parsi:

"L'année qui précéda 1800, Antonio de Araujo de Azevedo, plus tard comte de Barca, était parti négocier à Madrid et à Paris la neutralité du Portugal. Ses propositions avaient été rejetées par les puissances alliées, qui ne tinrent aucun compte des seize millions que le diplomate offrait au premier consul. Aussitôt le territoire portugais fut infesté par les troupes espagnoles et françaises. Nos troupes, commandées par le duc de Lafoes, ne réussirent pas à arrêter cette lutte inégale, parce qu'en même temps Luis Pinto de Sousa, plus tard vicomte de Bal-

semao, avait négocié à Badajoz une paix honteuse qui cédaient Olivença à l'Espagne, excluait les Anglais de nos ports et indemnissait de quelques millions la France."

Se dividirmos a narração de C. Castelo Branco segundo uma linha temporal que diferencie, por um lado, o Tempo do texto e o Tempo da acção<sup>5</sup> e, por outro lado, o primeiro e o segundo plano<sup>6</sup>, verificaremos que é necessário que os três pret. mais-que-perfeitos simples ("saíra", "Rejeitaram-lhe", "negociara") sejam identificados como "pret. perfeitos exagerados" para que o texto tenha coesão. Trata-se de facto de uma narração em que os acontecimentos são apresentados a partir de um ponto zero de locução: "No ano anterior de 1800". A loc. adverbial "sem delongas" estabelece uma coesão logico-semântica entre as acções do primeiro plano ("saíra a negociar" -- Rejeitaram-lhe as propostas" -- "foi o território português infestado pelos exércitos de Espanha e de França"), ao passo que a loc. adverbial "a esse tempo" indica a simultaneidade de duas acções, o que proíbe interpretar "negociara ignominiosa paz em Badajoz" como uma informação retrospectiva.

Na tradução francesa de *Amor de Perdição*, J. Parsi, ao ignorar que o pret. mais-que-perfeito simples pode ser um pret. perfeito exagerado, traduziu os supra referidos pret. mais-que-perfeitos simples por pret. mais-que-perfeitos compostos. Infringiu, assim, o princípio de não contradição ao introduzir elementos semânticos em contradição com outros elementos do mesmo texto, e tirou coesão à narração tornando-a ininteligível para o leitor francês que não pode consequentemente estabelecer a cronologia dos acontecimentos. Da parte do tradutor não houve exigência em apreender a narração como um todo com um princípio, um meio e um fim, e traduziu sem compreender. Ora, isto diz respeito à actividade semiológica dos tradutores e põe o problema da leitura e da interpretação face à escrita. A distância que a escrita cria entre o autor e o leitor exige o desenvolvimento analítico da compreensão da leitura. Qual é, portanto, o procedimento cognitivo que está no cerne deste processo?

Segundo P. Ricoeur<sup>7</sup> a significação objectiva de um texto pode ser construída através da relação entre conjectura e validade: as conjecturas levam à formulação das hipóteses; os processos de validade põem à prova as conjecturas. A validade é uma disciplina argumentativa comparável aos processos jurídicos de interpretação legal e uma lógica da incerteza e da probabilidade qualitativa. Assim, quando escolhemos uma interpretação não é só porque se apresenta como provável, mas porque se apresenta como mais provável do que outra. O conflito entre diferentes interpretações pode ser analisado através do conceito de falsificabilidade definido por K. Popper.<sup>8</sup> Não há, no entanto, uma interpretação definitiva, pois podem surgir novos elementos que invalidem a nossa interpretação. Mas, ao contrário da semiótica para a qual, por exemplo, a enunciação pode ser reconstruída através de um simulacro logico-semântico elaborado unicamente a partir do texto, a hermeneutica faz intervir o contexto social e histórico, procurando distinguir os sentidos que podem ser aceites. Pressupõe, assim, uma posição filosófica de referência como critério de avaliação.<sup>9</sup>

As posições teóricas da hermeneutica e da semiótica de Greimas são extremas, pois a primeira assimila o referente ao contexto social e histórico, enquanto que a segunda tenta reconstruir uma enunciação a partir unicamente do texto, sem ter em conta o contexto não linguístico. Ora, para F. Rastier<sup>10</sup> a identificação dos semas depende precisamente do contexto social e histórico e propõe uma teoria da competência interpretativa em que as normas interpretativas estejam integradas na componente semântica.

Segundo F. Rastier as instruções interpretativas não são dadas, mas construídas e a sua eficácia deve-se unicamente à estratégia de leitura de quem analisa o texto. Como fazer então a avaliação de várias interpretações possíveis? Não podemos pretender, diz este linguista, que uma semântica interpretativa enuncie o sentido que constituiria a verdade do texto, pois seria repetir o erro da filologia quando postulava que um texto tinha um único sentido. Além disso, a teoria das estratégias interpretativas não é do domínio da semântica, mas da teoria das ideologias consideradas



como sistemas de produção e de transformação do sentido textual. Mas a semântica pode mostrar como uma estratégia produz uma leitura, fornecer os meios de uma avaliação relativa das estratégias e mesmo estabelecer os graus de plausibilidade em função de hipóteses diferentes.

F. Rastier pretende assim descrever as relações entre as isotopias de um texto e as isotopias das suas leituras, e estabelecer critérios puramente semânticos que permitam recusar uma leitura. Ora, no que respeita à tradução interlingual, pensamos que as teses deste linguista oferecem uma interessante via de pesquisa para a teoria da tradução pois ajudam a compreender a actividade semasiológica do tradutor e a avaliar o seu trabalho.

#### NOTAS

1. Tese de Doutoramento orientada pelos Profs. Catedráticos J. Malaca Casteleiro e A. Camlong.
2. E. Benveniste, *problèmes de linguistique générale*, Gallimard, 1983, pp. 237-250.
3. H. Weinrich, *Le temps*, éd. du Seuil, 1973, pp. 25-62.
4. H. Lausberg, *Linguística românica*, Gulbenkian, 1981, p. 399.
5. No Tempo do texto distingue-se o ponto zero de locução representado na narração pelo pret. imperfeito e pelo pret. perfeito. O pret. mais-que-perfeito representa a retrospecção e o

---

futuro do pretérito a prospecção. O tempo da acção representa o segmento do tempo ao qual corresponde o conteúdo da comunicação.

6. Existe uma solidariedade funcional entre tempos imperfectivos e tempos perfectivos a nível da frase, mas também a nível do texto. As formas imperfectivas constituem um segundo plano em torno das formas perfectivas para lhes servir de base de incidência.
7. P. Ricoeur, *Du texte à l'action. Essais d'herméneutique II*, éd. du Seuil, 1986.
8. K. Popper, *La logique de la découverte scientifique*, Payot, 1978.
9. A. J. Greimas, J. Courtés, *Sémiotique. Dictionnaire raisonné du langage*, Hachette, 1979.
10. F. Rastier, *Sémiotique interprétative*, PUF, 1987.